

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 454 p.

Felipe Fanuel Xavier Rodrigues*

O fio da história e os rastros literários

Não existem textos neutros: mesmo um inventário notarial implica um código, que temos de decifrar

Carlo Ginzburg

Caso seja possível considerar o ato de contar história uma das atividades mais inerentemente humanas, as pistas deixadas por homens e mulheres, no entrecruzamento do verdadeiro, falso e fictício, merecem sagrado respeito. Poucos atentam para este fato como Carlo Ginzburg, um dos atuais grandes nomes da *intelligentsia* ocidental que se preocupa em fazer história investigando os interstícios do verdadeiro e do falso na vida das pessoas – por mais ordinárias que sejam. O trabalho deste historiador italiano consagra obras como *O queijo e os vermes*, que, através do resgate de um desconhecido herege do século XVI, escreve importantes páginas históricas não-oficiais sobre a Inquisição.

Agora, no seu mais recente livro publicado no Brasil, Ginzburg, que foi professor de História Moderna durante duas décadas na Universidade da Califórnia, investiga a sua própria história. Descobre que seu percurso intelectual é feito por meio de um “fio” que o guia no labirinto da realidade, em cujo caminho ele deixa “rastros”. *O fio e os rastros* não se pretende, no entanto, como uma obra autobiográfica. Antes, é resultado de ensaios escritos e revistos em momentos diferentes, em diálogo com outros pensadores e alunos. Embora seus temas sejam bastante heterogêneos, ele busca encontrar uma unidade em cada capítulo através de uma liberdade de narrar em primeira pessoa, mostrando familiaridade e envolvimento com sua investigação.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (área de Teologia e História) da Universidade Metodista de São Paulo, estudante de Inglês/literaturas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço eletrônico: ffanuel@gmail.com .

Para ler os escritos ginzburgianos, é impossível manter a visão estrita de uma história dos fatos casuísticos, tampouco de que a história não passa de mera ficção. Para esse filho de uma romancista e de um tradutor – Natalia e Leone Ginzburg –, não se pode iniciar a historiografia a partir da discussão em torno do verdadeiro, pois “o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida” (p. 14). É justamente assim que Ginzburg introduz seu livro, discutindo ficção e realidade. Às suas palavras introdutórias ele acrescenta o seguinte comentário, com o qual encerra sua introdução: “Os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (p. 14).

A partir daí, lhe é possível iniciar seu primeiro capítulo com a afirmação crítica de que “hoje, palavras como ‘verdade’ ou ‘realidade’ tornaram-se impronunciáveis para alguns, a não ser que sejam enquadradas por aspas” (p. 17). Ele recorre ao uso que Homero fazia do termo grego *enargeian* (“vividez”) para concluir que “a diferença entre o nosso conceito de história e o dos antigos se resumiria da seguinte forma: para os gregos e romanos, a verdade histórica se fundava na *evidentia* (o equivalente latino da *enargeia* proposta por Quintiliano); para nós, nos documentos (em inglês, *evidence*)” (p. 24). Neste sentido, Ginzburg diferencia uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade de uma cultura dominada pelos gráficos. A primeira, “queria comunicar a ilusão da presença do passado”; a segunda, “que o passado nos é acessível apenas de modo indireto, mediado” (p. 37).

Feitas estas observações, Ginzburg parte para uma investigação no labirinto de muitas histórias para descobrir, nos rastros deixados pelas pessoas, as pistas que o levarão a encontrar nos mais diversos textos literários o que ainda está obscuro.

Para isso, ele não se constrange em seguir vestígios de outros escritores, refletindo criticamente sobre o que escreveram. É o que acontece com a leitura que faz do livro *The cult of the saints*, de Peter Brown, onde, por meio de sua perspicácia sherlockhomesiana, não permite que sua admiração pela obra o impeça de enxergar sua falha: as violências sofridas pelos judeus de Minorca fazem parte de uma “história muito mais longa”, cheia de tensões, divisões e oposições de todo tipo (sociais, culturais e religiosas), a respeito das quais Brown se cala. Tal silêncio leva Ginzburg a confessar: “*Cult of the saints* é um livro insubstituível. Mas o modo como enfrenta (ou não) a dicotomia hebraico-cristã me parece difícil de aceitar” (p. 52).

Caminho semelhante segue o pesquisador de Turim quando lê o ensaio *Os canibais*, de Montaigne, tentando entender, “partindo de elementos localizáveis, direta ou indiretamente, no texto” (p. 53), o interesse do escritor francês por indígenas brasileiros. A etnografia praticada pelo autor desse ensaio recebe um olhar simpático de Ginzburg, sobretudo por tentar dialogar

com culturas diferentes, “atraído pela distância e pela diversidade, tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista intelectual” (p. 78)

À crítica feita por Marcel Detienne aos historiadores que tentam identificar elementos históricos em poemas, eliminando o elemento mítico, Ginzburg responde com o que escreveu Jean Chapelain em 1647, para mostrar a viabilidade do diálogo entre ficção e história. “Das narrações de ficção é possível extrair testemunhos mais fugidios, porém mais preciosos, *justamente porque se trata de narrações de ficção*” (p. 84), defende o autor, com o grifo na expressão explicativa. Cita Sexto Empírico para reforçar seu argumento, diferenciando a história verdadeira da história falsa. A primeira, “é um acúmulo de inúmeros fatos e pequenos fatos sem importância e, portanto (diferentemente da medicina ou da música), não tem método, não é uma *téchne* (em latim, *ars*)”. Já “a história falsa, isto é, o mito, e a história como-se-fose-verdadeira, isto é, a comédia e o mimo, falam de fatos não ocorridos: impossíveis no primeiro caso, possíveis (mas puramente hipotéticos) no segundo” (p. 86). Parafraseando a “fé poética” (*poetic faith*) de Coleridge, Ginzburg identifica a presença de uma “fé histórica”, que “permite superar a incredulidade, alimentada pelas objeções recorrentes do ceticismo, referindo-se a um passado invisível, graças a uma série de oportunas operações, sinais traçados no papel ou no pergaminho, moedas, fragmentos de estátuas erodidas pelo tempo etc.” (p. 93). É por meio desta “fé” que se pode, “como mostrou Chapelain, construir a verdade a partir das ficções [*fables*], a história verdadeira a partir da falsa” (ib.).

Uma coisa é fato até aqui: Ginzburg está preocupado em mostrar como ele faz história, como ele busca dialogar com o aparentemente não-oficial, com o que se classifica como não sendo verdadeiro. O seu interesse pela (re)descoberta que os europeus fazem, com a expansão do Império Russo para o Oriente, dos xamãs revela exatamente a importância que ele dá, como historiador, ao lado esquecido da história. A ciência comparada das religiões, conforme observa o professor italiano, apesar de inicialmente ter tido preconceito com essas expressões religiosas, abriram as portas para reconhecer os xamãs como parte da história religiosa da humanidade, marcando seu estágio mais pobre e elementar.

Ginzburg, então, escreve um dos parágrafos mais centrais de sua historiografia:

Creio que o acúmulo do conhecimento sempre ocorre assim: por linhas quebradas em vez de contínuas; por meio de falsas largadas, correções, esquecimentos, redescobertas; graças a filtros e esquemas que ofuscam e fazem ver ao mesmo tempo. Neste sentido, o episódio interpretativo que reconstitui com minúcia talvez excessiva pode ser considerado quase banal: não a exceção, mas a regra (p. 111).

Os rastros a serem perseguidos por este investigador, que em 2006 volta à Itália para lecionar na Scuola Normale Superiore de Pisa, são bastante diversos na presente obra, revelando o quão necessário é aos historiadores desenvolverem um lado criativo e interpretativo em suas pesquisas. Note-se, *exempli gratia*, a leitura que Auerbach faz de Voltaire, tratada com atenção especial no capítulo seis, que leva Ginzburg a discutir o tema que uniu ambos os autores, tolerância e comércio, o que ilumina uma reflexão bem atual sobre a relação entre Religião e Economia. No capítulo seguinte, a partir de uma citação de *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, o historiador italiano persegue o trajeto de um *best-seller* do final do século XVIII, *Voyage du jeune Anacharsis en Grèce* (Viagem do jovem Anacarse à Grécia), de Jean-Jacques Barthélemy, no qual identifica a origem da etnografia histórica, sendo o próprio Anacarse a figura de um antropólogo ou pesquisador.

As breves páginas 154-157 são um verdadeiro presente ao leitor, contendo um debate de Ginzburg com as idéias do historiador Eric Hobsbawm. O foco é a historiografia. Hobsbawm lamenta: “A historiografia atual passou de uma perspectiva quantitativa a uma perspectiva qualitativa, da macro-história à micro-história, das análises estruturais às narrativas, da história da sociedade à história da cultura”. Ginzburg confessa: “Nessa série de contraposições, eu me encontro continuamente do lado errado” (p. 157). Ambos, no entanto, comungam de uma mesma preocupação: a tendência pós-moderna de abolir a distinção entre história e ficção. Ginzburg, então, entra no rastro de Israël Bertuccio para mostrar a importância de se distinguir realidade e ficção.

O desconhecido escritor francês Stendhal, que viveu entre 1783 e 1842, deixou um desafio implícito aos historiadores de hoje: o discurso direto livre, que nasce para responder, no campo da ficção, a uma série de perguntas postas pela história.

A suposta relação entre um polêmico panfleto anti-semita publicado na Rússia em 1903, intitulado *Protocolos dos sábios de Sião*, e a sua suposta fonte *Dialogue aux enfers entre Machiavel et Montesquieu* (Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu), é investigada por Ginzburg, revelando o lado político dos escritos fictícios.

A pena ginzburguiana é afiada, e ele não pára por aí. Seu trabalho dispõe a uma busca nos meandros do inexplicável que sempre deixa rastros. O extermínio dos judeus é um daqueles fatos que o incomoda, fazendo-o procurar por pistas que o levem a conclusões como a seguinte: “A memória e a destruição da memória são elementos recorrentes na história” (p. 230). Auschwitz ensina o historiador a ir atrás não só da realidade, mas também da metarrealidade, porque, como lembra Lyotard, foram destruídas as possíveis evidências do fato, o que argumenta em favor dos limites do conhecimento histórico.

A moderna pesquisa histórica é mais detalhadamente discutida nos capítulos 12 e 13. No primeiro, Ginzburg dialoga com o livro de Siegfried Kracauer, *History: the last things before the last* (História: as últimas coisas antes das últimas), em cuja margem se situa. No segundo, dialoga com jovens historiadores da vertente da micro-história, a respeito da qual ele não tem receio de confessar suas limitações para discorrer sobre ela: “Acho que me apropriei dessa palavra [micro-história] nunca ouvida sem pedir elucidações sobre o seu significado literal: devo ter-me contentado, imagino, com a referência à escala reduzida da observação que o prefixo ‘micro’ sugere” (p. 249). Mas não é por isso que o *scholar* italiano se esquiva de comentar “duas ou três coisas” a respeito, revelando familiaridade com esta tendência, da qual muitos acreditam que ele próprio faça parte.

No capítulo intitulado “O inquisidor como antropólogo”, Ginzburg conta como surgiu, na sua pesquisa sobre feitiçaria – tema outrora pouco pesquisado –, a suspeita da possível analogia entre antropólogos e inquisidores. Aqui seu faro de pesquisador se destaca:

As fugidias confissões que os inquisidores tentavam arrancar dos acusados proporcionaram ao pesquisador as informações que ele busca – claro que com um objetivo totalmente diferente. Mas, enquanto lia os processos inquisitoriais, muitas vezes tive a impressão de estar postado atrás dos juízes para espiar seus passos, esperando, exatamente como eles, que os supostos culpados se decidissem a falar das suas crenças. (...) O impulso dos inquisidores no sentido de buscar a verdade (a verdade deles, naturalmente) nos legou uma documentação extremamente rica, decerto, mas profundamente distorcida pelas pressões físicas e psicológicas que caracterizavam os processos de feitiçaria (p. 284s).

No seu último capítulo, a obra se dispõe a contar as razões por que seu autor se interessou em pesquisar sobre feitiçaria. Neste ensaio, Ginzburg cita duas de suas importantes publicações, *História noturna* e *Os andarilhos do bem*, que foram frutos do seu trabalho sobre este tema, a partir de um documento encontrado no Arquivo de Estado de Veneza.

O fio e os rastros ainda traz um apêndice, dedicado a Natalie Zemon Davis. O posfácio destaca o trabalho de Davis em *O retorno de Martin Guerre*, que busca “captar a concretude dos processos sociais por meio da reconstrução de vidas de homens e mulheres de classe não privilegiada” (p. 313). Eis a necessidade de termos como “ficção” ou “possibilidade”, que, segundo alerta Ginzburg, não devem induzir a erro. Contudo, embora a prova seja o cerne da pesquisa histórica, seu estatuto se modifica inevitavelmente quando temas diferentes do passado são enfrentados. A contribuição de Davis é tentar es-

crever a história de homens e mulheres unindo erudição e imaginação, provas e possibilidades, contornando essas lacunas da pesquisa histórica.

É assim que Ginzburg termina sua obra. Pensando numa historiografia capaz de unir tudo isso. Cabe ao historiador fazer uso da imaginação e das possibilidades, na mesma proporção em que utiliza a erudição e as provas. Surge, assim, o diálogo entre História e Literatura, já que ambas olham para o passado por meio de fotografias – imagens – que misturam realidade e ficção. Citando palavras de Henry James no fim do século XIX, ele diz:

Representar e ilustrar o passado, as ações dos homens, é tarefa tanto do historiador como do romancista; a única diferença que posso ver é totalmente favorável a este último (à proporção, é claro, do seu êxito) e consiste na maior dificuldade que ele encontra para reunir as provas, que estão longe de ser puramente literárias (p. 334s).

É possível concluir, pois, que Ginzburg seguiu os rastros literários por meio do fio da história. Como conta no início, Teseu, segundo a mitologia grega, foi presenteado por Ariadne com um fio, com o qual se orientou no labirinto, matando o Minotauro que encontrou. Pouco se sabe, porém, dos rastros que deixou ao vagar pelo labirinto. Ora, Ginzburg se interessa por estes desconhecidos rastros. Seu trabalho historiográfico é uma aventura nos labirintos do conhecimento, seja ele tachado de verdadeiro, falso ou fictício. Para isso, busca reconstruir o evento histórico através de rastros literários, com preocupação acurada para o não-dito.

É nesses meandros que Ginzburg faz história. Seu livro é um conjunto de ensaios que, apesar dos temas diversos, possuem um fio comum, o fio do relato, que ajuda o historiador a se orientar no labirinto da realidade. Para contar história, necessita se servir dos rastros, que, como diz, são “histórias verdadeiras (que às vezes têm como objeto o falso)” (p. 7). Ou seja, no olhar ginzburguiano, a Literatura contém seu lado de verdade também, que merece ser considerado pela História.

Possivelmente, *O fio e os rastros* contém os melhores textos acadêmicos de Ginzburg, sendo, por isso, muito recomendável para ser lido. Especialmente porque é um de seus livros que discute, na prática, a sua peculiar maneira apaixonante e investigadora de como fazer história. Aqui ele exercita o mais elementar da atividade humana de contar histórias: falar de si e dos outros.

É preciso dizer que as inúmeras notas de rodapé, localizadas no final do livro, dificultam sua consulta. Todavia, o descuido de não lê-las provocará uma perda não somente bibliográfica, mas também de um rico conteúdo explicativo, característico deste cioso escritor. No final, ainda se encontrará uma indicação de onde e quando os artigos foram publicados pela primeira vez.

Além disso, o leitor e a leitora sentirão falta de um capítulo final que sirva como desfecho desta obra, onde o competente e incansável Ginzburg pudesse apresentar suas considerações finais. Não parece ser esta uma característica de suas publicações, visto que a ausência de uma conclusão ocorre em *O queijo e os vermes* e em *Mitos, emblemas, sinais*. Talvez porque o importante, na sua opinião, é manter a discussão menos fechada que aberta. Eis a sua concepção de história.